

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020





SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	4
NOTAS EXPLICATIVAS	10
01 CONTEXTO OPERACIONAL	10
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	10
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	14
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	14
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	15
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	16
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	16
09 IMOBILIZADO	16
10 INTANGÍVEL	17
11 FORNECEDORES	17
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	18
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	18
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E APROPRIAÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL POR COMPETÊNCIA	18
15 OBRIGAÇÕES COM O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	20
16 CAPITAL SOCIAL	21
17 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	21
18 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22
19 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	22
20 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	23
21 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	23
22 RESULTADO FINANCEIRO	23
23 PARTES RELACIONADAS	24
24 SEGUROS DE RISCOS	24
25 CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64	24
26 REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES	26
27 IMPACTOS – COVID 19	27
28 EVENTOS SUBSEQUENTES	28

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2020

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) é uma instituição pública e universitária, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculada academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Todas as ações desenvolvidas são integradas e focadas na transformação de realidades, contribuindo para a qualidade de vida da população, o aprimoramento da rede pública de saúde e a evolução do conhecimento na área.

Atuando desde 1971, é um dos principais esteios da assistência pública à saúde da população gaúcha, oferecendo atendimento de excelência e alta complexidade em amplo rol de especialidades. As atividades de ensino de graduação e pós-graduação, lado a lado com a UFRGS, formam gerações de profissionais familiarizados e comprometidos com as melhores práticas e a humanização da assistência. A pesquisa produzida no HCPA, por sua vez, introduz novos conhecimentos, técnicas e tecnologias que beneficiam toda a sociedade.

Em 2020 foi marcado pelo enfrentamento da pandemia. Foram realizadas na instituição mais de 367 mil consultas presenciais, 52,8 mil teleconsultas, 27,8 mil internações, 31 mil cirurgias, 2,9 milhões de exames, 2,9 mil partos e 199 transplantes. A busca da melhoria contínua e da excelência assistencial é evidenciada na atuação do Núcleo de Segurança do Paciente, composto pelo Programa de Gestão da Qualidade e da Informação em Saúde (Qualis) e pela Comissão de Gerência de Risco Sanitário-Hospitalar, e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH). Na organização dos fluxos internos e no relacionamento com a rede de saúde, destacam-se a atuação do Núcleo Interno de Regulação (NIR) e do Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH).

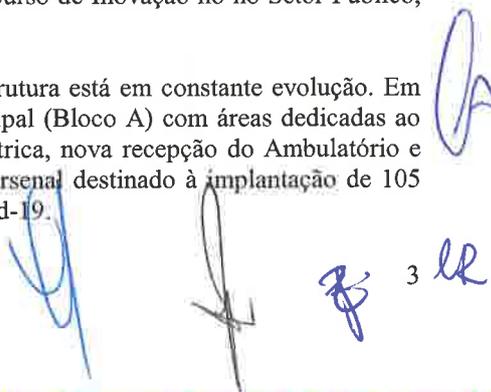
Na área da pesquisa, atuam 701 doutores, sendo que 282 são funcionários contratados do hospital. Em 2020, foram realizadas mais de 4 mil consultorias de pesquisa e submetidos a avaliação 742 novos projetos. Foram publicados 795 artigos, indexados no ISI Web of Science. O Clínicas possui, ainda, parcerias com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit). Em 2020 estas parcerias possibilitaram a implantação de 97 bolsas de iniciação científica.

O HCPA tem papel fundamental no ensino, tendo 10 cursos de graduação com atividades dentro da instituição, englobando 643 alunos, com 15 estágios e 10 internatos. A presença de 501 professores da UFRGS qualifica a assistência e cria um ambiente propício à pesquisa. Além disso, a instituição possui dois mestrados profissionais: em Saúde Mental e Transtornos Aditivos e Pesquisa Clínica. No decorrer do ano, houve adaptação de atividades ao ambiente virtual para dar sequência à formação e especialização de profissionais com segurança.

Na Residência Médica, o Clínicas mantém 45 programas. Durante este ano, 570 médicos residentes concluíram o curso. Na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, que oferece 13 áreas de atuação, 120 profissionais concluíram a residência. O hospital desenvolve também o Programa Institucional de Cursos de Capacitação para Alunos em Formação (Piccaf), Programa Institucional de Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional (Piccap), Programa Jovem Aprendiz e Programa de Acolhimento e Integração Institucional.

Ainda em 2020, o HCPA recebeu pela 14ª vez o Prêmio Top of Mind, como o hospital mais lembrado pelos porto-alegrenses, e teve dois cases vencedores no prêmio da Associação dos Usuários de Informática e Telecomunicações do RS (Sucesu-RS): ProScheduleSolver - Geração de escalas para profissionais da saúde e Legitimidade no trabalho remoto - Relato de experiência em um hospital público e universitário. O case ProScheduleSolver rendeu ao HCPA, também, o segundo lugar no Concurso de Inovação no no Setor Público, da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

A fim de atender cada vez melhor às demandas da sociedade, a infraestrutura está em constante evolução. Em 2020, foi iniciada a ocupação dos blocos B e C, anexos ao prédio principal (Bloco A) com áreas dedicadas ao atendimento à covid-19 e a estudos de vacinas, nova Emergência Pediátrica, nova recepção do Ambulatório e áreas de ensino. Outro destaque foi a organização e aquisição de todo arsenal destinado à implantação de 105 novos leitos de terapia intensiva para atendimento aos pacientes com covid-19.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom.



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	122.980	108.582
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		43	80
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	30.907	43.556
Contingências e apropriações por Competência		182.755	175.522
Adiantamentos de Pessoal	7	15.344	14.749
Demais Contas a Receber		3.175	2.713
Adiantamentos a Fornecedores		39	2
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	30.929	18.152
Importação em Andamento		1.197	1.417
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro a Apropriar		291	315
		387.660	365.088
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.821	1.636
Contingências e apropriações por Competência		431.077	425.050
Demais Créditos a Receber		44	70
Imobilizado	9	967.457	923.818
Intangível	10	2.075	2.194
		1.402.474	1.352.768
Total do Ativo		1.790.134	1.717.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.







Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante			
Fornecedores	11	26.473	24.262
Obrigações Tributárias e Sociais	12	1.836	1.257
Obrigações com Pessoal	13	68.819	63.579
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	190.428	175.522
Outras Obrigações		6.981	7.316
		<u>294.537</u>	<u>271.936</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		7.915	87
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	431.077	425.050
		<u>438.992</u>	<u>425.137</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado		1.163.342	1.107.522
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		59.820	55.820
Ajuste de Avaliação Patrimonial	17	(16.163)	(16.030)
Prejuízos Acumulados		(150.394)	(126.529)
		<u>1.056.605</u>	<u>1.020.783</u>
Total do Passivo		<u>1.790.134</u>	<u>1.717.856</u>

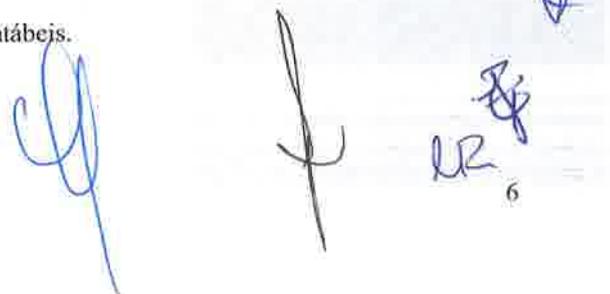
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Operacional Bruta		<u>252.627</u>	<u>243.622</u>
Serviços Prestados		252.627	243.622
Deduções Da Receita Bruta		<u>(2.063)</u>	<u>(2.615)</u>
PIS sobre Faturamento		(361)	(466)
COFINS sobre Faturamento		(1.668)	(2.149)
ISS sobre Faturamento		(34)	-
Receita Operacional Líquida	18	<u>250.564</u>	<u>241.007</u>
Custos Dos Serviços	19	(1.335.862)	(1.238.888)
Resultado Operacional Bruto		<u>(1.085.298)</u>	<u>(997.881)</u>
Despesas Operacionais		<u>(229.894)</u>	<u>(344.131)</u>
Despesas Administrativas	19	(221.526)	(217.609)
Provisão para Contingências	19	(8.368)	(126.522)
Outras Receitas e Despesas	21	<u>11.641</u>	<u>10.388</u>
Receitas		13.466	12.983
Despesas		(1.679)	(2.470)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(146)	(125)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		<u>(1.303.551)</u>	<u>(1.331.624)</u>
Resultado Financeiro	22	<u>1.682</u>	<u>(486)</u>
Despesas Financeiras		(2.497)	(3.010)
Receitas Financeiras		4.179	2.524
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		<u>(1.301.869)</u>	<u>(1.332.110)</u>
Subvenções do Tesouro Nacional		1.345.957	1.371.762
Repasses para Subvenções e Doações Governamentais		(87.213)	(55.820)
Reversões e Repasses Concedidos		19.126	(745)
Resultado Líquido Do Exercício		<u>(23.999)</u>	<u>(16.913)</u>
Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)			
		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado Líquido do Exercício		<u>(23.999)</u>	<u>(16.913)</u>
Ajuste de exercícios anteriores		1	273
Realização da Avaliação Patrimonial		(133)	701
Resultado Abrangente do Exercício		<u>(24.131)</u>	<u>(15.939)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.003.759	103.764	(15.329)	(110.591)	981.603
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	273	273
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(701)	701	-
Aumento de Capital	103.764	(103.764)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	55.820	-	-	55.820
Resultado do exercício	-	-	-	(16.913)	(16.913)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.107.522	55.820	(16.030)	(126.529)	1.020.783
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	1	1
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(133)	133	-
Aumento de Capital	55.820	(55.820)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	59.820	-	-	59.820
Resultado do exercício	-	-	-	(23.999)	(23.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.163.342	59.820	(16.163)	(150.394)	1.056.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and initials 'RZ' and '7' on the right.



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

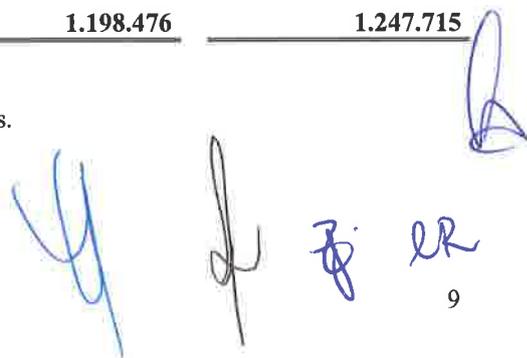
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do Exercício	(23.999)	(16.913)
Ajustes para reconciliar o resultado	18.754	19.120
Ajustes de Exercícios Anteriores	1	273
Ajustes de Depreciação/Amortizações	28.173	21.344
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(45)	(60)
Variação Cambial Passiva (Importação)	667	931
Variação Cambial Ativa (Importação)	(3.133)	(819)
Baixa de Bens Imobilizados	2.375	2.331
Produção de Bens em Estoque	(1.805)	(1.691)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(3.294)	(535)
Doações de Bens Móveis	(831)	(279)
Doações de Mercadorias	(3.354)	(2.375)
Variação de Ativos e Passivos	22.765	2.211
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	15.980	778
Recursos a Receber de Provisão de Férias	(4.332)	(5.899)
Adiantamentos a Pessoal	(595)	(950)
Outras Contas a Receber a CP e LP	(474)	7.573
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(186)	(132)
Importações em Andamento (Estoque)	220	413
Estoques	(7.618)	6.601
Despesas Pagas Antecipadamente	24	(233)
Fornecedores	2.211	(7.981)
Outras Obrigações a Pagar	(289)	1.486
Obrigações com Pessoal	5.240	3.384
Obrigações Sociais a Pagar	(13)	(7.565)
Obrigações Tributárias a Pagar	593	(1.163)
Provisão para Férias	12.004	5.899
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	17.520	4.418
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(28.161)	(47.537)
Aquisições de Bens Móveis	(42.413)	(29.897)
Aquisições de Bens Intangíveis	(196)	(2.009)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	(70.770)	(79.443)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	7.828	(10)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	59.820	55.820
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	67.648	55.810
Caixa Adicionado/(Consumido) no Exercício	14.398	(19.215)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	108.582	127.797
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	122.980	108.582
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	14.398	(19.215)
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(831)	(279)
Doações de Mercadorias (Estoques)	(3.354)	(2.375)
Transações Que Não Envolveram Caixa	(4.185)	(2.654)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas		
Prestação de Serviços	252.627	243.622
Outras Receitas	12.772	10.496
Prov. Créd. Liq. Duv. - Reversão/Constituição	(969)	(1.438)
	<u>264.430</u>	<u>252.680</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	(169.308)	(151.001)
Serviços de Terceiros	(149.934)	(151.157)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(547)	(853)
	<u>(319.789)</u>	<u>(303.011)</u>
Valor Adicionado Bruto	(55.359)	(50.331)
Despesas com Depreciação/Amortização	(30.403)	(23.550)
Valor Adicionado Líq Produzido p/ Entidade	(85.762)	(73.881)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	4.179	2.524
Repasse Recebidos (-) Subvenções	1.258.744	1.315.943
Repasse Concedidos/Diferido	(356)	(419)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	19.481	(326)
Receitas de Aluguéis	2.190	3.874
	<u>1.284.238</u>	<u>1.321.596</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.198.476	1.247.715
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	831.552	893.916
Benefícios	82.631	80.519
FGTS	68.410	64.071
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	234.304	219.830
Estaduais/Municipais	168	78
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	2.497	3.010
Locação de Imóveis/Condomínio	748	802
Locação de Máquinas e Equipamentos	2.165	2.402
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	(23.999)	(16.913)
Valor Adicionado Distribuído	1.198.476	1.247.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS) e da Economia (ME), pela Diretora-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Economia (ME).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração faz parte integrante das demonstrações contábeis. Em sua primeira parte, a DVA apresenta a riqueza criada pela entidade, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a



Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; (vi) as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

As demonstrações foram autorizadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 01 de março de 2021.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Contábeis.

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, a instituição avaliou cada um dos contratos atualmente vigentes. Optou-se pela não realização do registro contábil dos contratos caracterizados como arrendamento em função do custo incorrido para fornecimento da informação comparado aos benefícios proporcionados, conforme prevê a Resolução CFC N.º 1.374/11.

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços, recursos para provisões de contingências e apropriações por competência de despesas com pessoal e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2020. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(g) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 31 de dezembro de 2020. Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. No caso do pagamento de depósitos recursais, estes são realizados com recursos próprios. Na execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional, e o valor do depósito recursal prévio é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos.

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

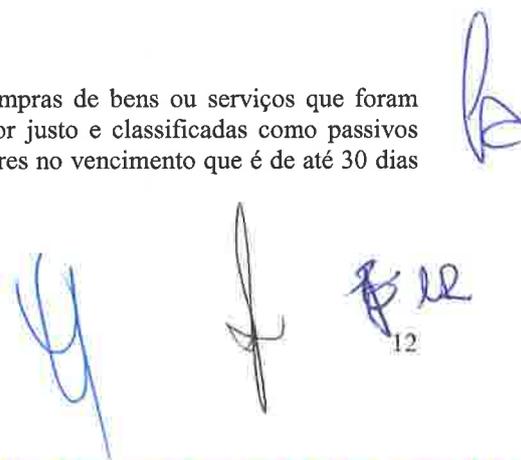
	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(i) Impairment de Ativos não Financeiros

A Administração do HCPA revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por meio de avaliações internas à entidade, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.





Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(k) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias, assim como os valores retidos dos fornecedores referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

(l) Benefícios a Empregados

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(m) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 24.225 Cíveis, R\$ 117.710 Trabalhistas e R\$ 1.265 Tributárias, totalizando R\$ 143.200.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui,



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a seguinte premissa de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(s) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

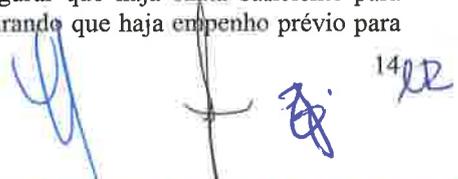
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para





Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2020 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.978, de 17 de janeiro de 2020.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 456, realizada em 14 de dezembro de 2020, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 54 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	9	14
Bancos – Conta Corrente	898	1.654
Depósitos Bancários de Curto Prazo	13.000	12.826
Conta Limite de Saque	109.073	94.088
Saldo Contábil	<u>122.980</u>	<u>108.582</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	21.756	33.518
Convênios Privados	11.365	15.117
Clientes Particulares	2.623	2.292
Créditos Diversos	1.491	2.250
Subtotal	<u>37.235</u>	<u>53.177</u>
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.328)	(9.621)
Valor Líquido a Receber	<u>30.907</u>	<u>43.556</u>

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Décimo Terceiro Salário	7.655	7.295
Férias	7.673	7.444
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	16	10
Saldo Contábil	<u>15.344</u>	<u>14.749</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2021, enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em dezembro relativo à competência janeiro de 2021.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Medicamentos	11.049	4.646
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	12.386	6.778
Material de Órtese e Prótese	2.612	2.444
Materiais e Utensílios	477	520
Rouparia (uniformes)	1.166	1.189
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	503	281
Material de Expediente, Informática e Gráfico	247	327
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	62	58
Materiais de Engenharia	2.427	1.909
Saldo Contábil	<u>30.929</u>	<u>18.152</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

09 Imobilizado

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Edifícios	1	741.391	(69.814)	671.577	158.850
Terrenos		68.786	-	68.786	68.786
Obras em Andamento [1]		110.323	(9.806)	100.517	594.956
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	268.719	(156.951)	111.768	77.867
Informática	20 a 50	27.961	(19.100)	8.861	8.818
Veículos Diversos	10 a 20	1.004	(904)	100	168
Subtotal Imobilizado		<u>1.218.184</u>	<u>(256.575)</u>	<u>961.609</u>	<u>909.445</u>
Bens Móveis em Andamento		5.848	-	5.848	14.373
Saldo Contábil		<u>1.224.032</u>	<u>(256.575)</u>	<u>967.457</u>	<u>923.818</u>

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, de estudos e projetos e de instalações, razão pela qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

	Custo 01/01/2020	Aquisições	Transferências	Baixas	Custo 31/12/2020
Edifícios [2]	220.044	-	521.347	-	741.391
Terrenos	68.786	-	-	-	68.786
Obras em Andamento	603.509	28.256	(521.347)	(95)	110.323
Bens Móveis e Máquinas	218.484	52.236	-	(1.997)	268.719
Informática	26.309	1.902	-	(254)	27.961
Veículos Diversos	1.031	-	-	(27)	1.004
Total Imobilizado	1.138.163	82.394	-	(2.373)	1.218.184

[2] Em abril de 2020 houve o encerramento das obras dos Blocos B e C, transferindo o saldo contábil das rubricas de Obras em Andamento para Edifícios.

10 Intangível

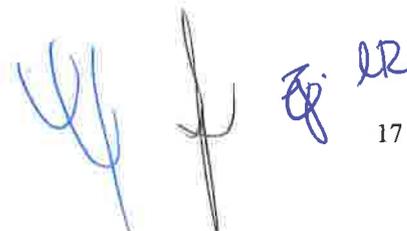
	Tx %	Custo	Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Software	20 a 50	8.690	(6.615)	2.075	2.194
Saldo Contábil		8.690	(6.615)	2.075	2.194

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Unimed	2.664	3.506
GE Healthcare Brasil	2.283	-
Barrfab Indústria Comércio Imp. e Exp.	1.542	1.542
RS - Produtos Hospitalares	1.260	106
Philips Medical Systems	1.058	-
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos.	810	385
Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares	571	-
TCA Farma Comércio	481	-
Tecnologia Eletrônica Brasileira	439	-
Fresenius Kabi Brasil	407	175
Agfa Healthcare Brasil Imp. e Serviços	360	-
	11.875	5.714
Demais fornecedores	14.598	18.548
Saldo Contábil	26.473	24.262

O saldo com o fornecedor Barrfab Indústria Comércio Importação e Exportação permanece devido aos equipamentos entregues terem apresentado defeitos. O pagamento ou não depende de processo judicial, o qual está na fase de abertura de prazo para impugnação do laudo pericial, pois foram identificadas inconformidades e inconsistências no laudo juntado ao processo.



17

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	1.494	912
COFINS sobre Faturamento	168	157
PIS sobre Faturamento	36	36
Obrigações Tributárias	1.698	1.105
Obrigações Sociais	138	152
Obrigações Sociais	138	152
Saldo Contábil	1.836	1.257

Na conta Obrigações Tributárias são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e IN/RFB nº 1.234 ou de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

13 Obrigações com Pessoal

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	56.885	51.529
Previdência e Assistência Médica	7.147	7.488
Empréstimos e Financiamentos	3.356	3.192
Outras Despesas de Pessoal	1.431	1.370
	68.819	63.579

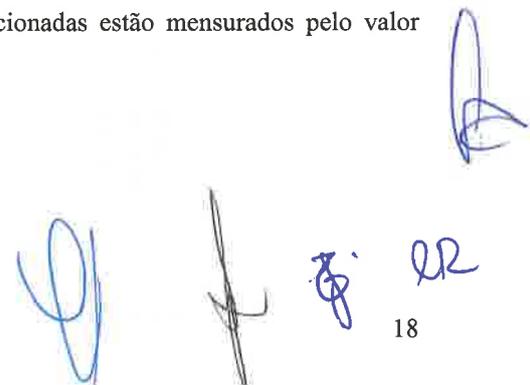
Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de dezembro de 2020. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. A compensação ocorreu no primeiro dia útil de janeiro de 2021.

14 Contingências Passivas e Apropriações de Despesas de Pessoal por Competência

			<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	11.618	420.707	432.325	423.957
Férias a Pagar (b)	115.402	-	115.402	103.398
Licença Especial (c)	59.656	-	59.656	54.693
Tempo de Serviço Passado TSP (d)	3.752	10.370	14.122	18.524
Saldo Contábil	190.428	431.077	621.505	600.572

A Instituição registra no ativo o direito a receber relativo aos recursos para cobertura das provisões de despesas com pessoal e contingências passivas, recursos que provêm do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:





Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(a) **Contingências**

			<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências Trabalhistas	10.958	398.258	409.216	402.069
Contingências Cíveis	660	21.243	21.903	20.715
Contingências Tributárias	-	1.206	1.206	1.173
Saldo de Contingências	11.618	420.707	432.325	423.957

A movimentação de precatórios e provisões de contingências do período está demonstrada a seguir:

				<u>31/12/2020</u>
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Tributária</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial em 01/01/2020	402.069	20.715	1.173	423.957
Adições	15.752	2.273	33	18.058
Baixas por Pagamento	(8.605)	-	-	(8.605)
Baixas por Reversão	-	(1.085)	-	(1.085)
Saldo de Contingências	409.216	21.903	1.206	432.325

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

(b) **Férias a Pagar**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Férias		
Saldo Inicial	75.298	71.962
Baixas	(68.784)	(71.178)
Apropriações	77.527	74.514
Total de Férias	84.041	75.298
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	28.100	25.537
Baixas	(25.546)	(25.771)
Apropriações	28.807	28.334
Total de Encargos sobre Férias	31.361	28.100
Saldo de Férias a Pagar	115.402	103.398

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) **Licença Especial**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	39.850	38.324
Baixas	(6.175)	(6.453)
Apropriações	9.788	7.979
Total de Licença Especial	<u>43.463</u>	<u>39.850</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	14.843	14.190
Baixas	(2.278)	(2.396)
Apropriações	3.628	3.049
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>16.193</u>	<u>14.843</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>59.656</u>	<u>54.693</u>

(d) **Tempo de Serviço Passado (TSP)**

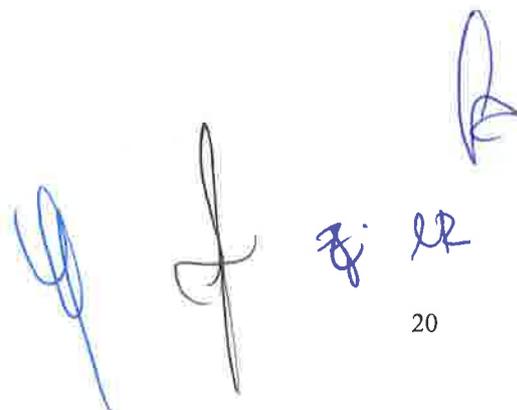
O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações está registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

15 Obrigações com o Plano de Previdência Complementar

O Plano de Benefícios HCPA PREV foi criado em 2009, é patrocinado pelo Hospital de Clínicas, administrado e executado pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil, estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, observando ainda que os Benefícios Programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).

Assim, observamos características de CD durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, onde o valor desses benefícios a serem concedidos quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares é conhecido, a posteriori, a partir da transformação do saldo acumulado nos Fundos Individual e Patrocinado ao longo da vida laborativa, conforme opção do Participante, em função do fator atuarial correspondente às características individuais dos Participantes e o respectivo grupo familiar. Na modalidade BD está a parte de risco que, a partir da sua concessão, o pagamento deste é garantido vitaliciamente, independente da cobertura patrimonial existente nos saldos individuais.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2020 pela Mirador Assessoria Atuarial, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.





Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Taxa de Desconto (real)	3,69% a.a.
Taxa de Rotatividade	2,40% a.a.
Projeção de Aumento Real Média dos Salários	1,09% a.a.
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 Masculina
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados	AT-2000 Masculina
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	EX-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA-1927

Status do Fundo e Passivo/Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(148.880)	(136.369)
Valor Justo dos Ativos do plano no Final do Período	171.267	148.547
Status do Plano de Benefícios/Superávit	<u>22.387</u>	<u>12.178</u>

Considerando a posição de 31 de dezembro de 2020 dos cálculos apresentados pela Mirador Assessoria Atuarial, o Plano HCPA Previdência apresentou resultado superavitário.

16 Capital Social

O Capital Social da empresa pertence integralmente a União, sendo seu valor em 31/12/2020 de R\$ 1.163.342 (um bilhão, cento e sessenta e três milhões, trezentos e quarenta e dois mil reais), composto da seguinte forma:

Saldo em 31/12/2019	R\$ 1.107.522
Capitalização do AFAC	R\$ 55.820
Total em 31/12/2020	<u>R\$ 1.163.342</u>

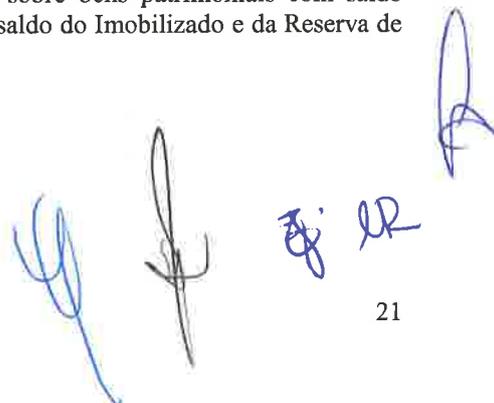
A capitalização foi autorizada na Assembleia Geral Extraordinária de nº 014/2020, realizada em 16/06/2020, sendo os valores incorporados referentes a repasses recebidos da União para investimento e registrados em conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

17 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida ao resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(16.030)	(15.329)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(844)	(1.191)
Reversão de Menos-Valia	711	490
Saldo final	<u>(16.163)</u>	<u>(16.030)</u>

Os valores revertidos de Menos-Valia, de R\$ 711 e R\$ 490 (respectivamente 31/12/2020 e 31/12/2019), referem-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.





Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

18 Receita Operacional Líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde – SUS	199.933	174.255
Convênios	41.107	56.749
Particulares	4.520	6.370
Pesquisas e Análises	6.117	5.277
Outros Serviços	950	971
Total de Serviços Prestados	<u>252.627</u>	<u>243.622</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(361)	(466)
COFINS sobre Faturamento	(1.668)	(2.149)
ISS sobre Faturamento	(34)	-
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(2.063)</u>	<u>(2.615)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>250.564</u>	<u>241.007</u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

19 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza

	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
			<u>Total</u>	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	985.177	163.414	1.148.591	912.591	160.476	1.073.067
Benefícios de Pessoal	70.878	11.753	82.631	68.471	12.048	80.519
Consumo de Materiais	143.731	23.773	167.504	127.106	22.203	149.309
Depreciações/Amortizações	26.075	4.328	30.403	20.040	3.510	23.550
Despesas com Serviços PF e PJ	110.001	18.258	128.259	103.809	19.371	123.180
Subtotais	<u>1.335.862</u>	<u>221.526</u>	<u>1.557.388</u>	<u>1.232.017</u>	<u>217.608</u>	<u>1.449.625</u>
Provisões de Contingências e Pessoal	-	8.368	8.368	6.871	126.522	133.393
Saldo Contábil	<u>1.335.862</u>	<u>229.894</u>	<u>1.565.756</u>	<u>1.238.888</u>	<u>344.130</u>	<u>1.583.018</u>

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

As variações ocorridas nos saldos apresentados entre os exercícios de 2019 e 2020 estão descritas, em sua maioria, na nota explicativa 27 – Impactos – COVID 19.

Na determinação do resultado foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos, os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.





Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

20 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Assistência Médica	10.743	11.009
Vale Transporte	3.393	3.491
Auxílio Creche	1.219	1.472
Auxílio Alimentação	35.302	33.701
Previdência Privada	31.974	30.846
Saldo Contábil	<u>82.631</u>	<u>80.519</u>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

21 Outras Receitas e Despesas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	2.189	3.874
Receitas de Leilões	64	36
Reversão de Provisões e Depreciação	2.538	2.206
Doações de Estoque e Uso Permanente	4.185	2.654
Contrato de Prestação de Serviços	2.826	2.545
Restituições e Outros Acréscimos	1.664	1.668
Total de Outras Receitas	<u>13.466</u>	<u>12.983</u>
Outras Despesas		
Outros Decréscimos	(1.679)	(2.470)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(146)	(125)
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(1.825)</u>	<u>(2.595)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>11.641</u>	<u>10.388</u>

22 Resultado Financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	464	1.451
Juros e Multas Previstos em Contratos	537	194
Variação Cambial e Monetária Ativa	3.178	879
Total Receita Financeira	<u>4.179</u>	<u>2.524</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(1.014)	(1.295)
Variação Cambial	(1.483)	(1.715)
Total Despesa Financeira	<u>(2.497)</u>	<u>(3.010)</u>
Saldo Contábil	<u>1.682</u>	<u>(486)</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(Handwritten signatures and initials)

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

23 Partes Relacionadas

Os saldos contábeis e as transações relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da instituição com outra pessoa ou entidade que se enquadre na definição de parte relacionada constante na Política Institucional do HCPA.

Quanto aos valores recebidos, o principal refere-se ao gerenciamento do pagamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos empregados do HCPA pelo Banco do Brasil. No exercício de 2020, esse montante foi de R\$ 2.826.

Abaixo demonstramos os totais pagos no exercício, caracterizados como partes relacionadas da instituição:

	2020	2019
Comissão Nacional de Energia Nuclear-IPEN	285	373
Empresa Brasil de Comunicação S.A	66	186
Outras	32	276
Total	383	835

24 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada com a empresa AIG Seguros Brasil S.A é de R\$ 737.474 e a vigência da apólice é de 01 de agosto de 2020 a 01 de agosto de 2021.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 31 de julho de 2020 a 31 de julho de 2021. A importância segurada com a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A. é de R\$ 14.000.

25 Conciliação das Demonstrações Financeiras com Base na Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre é uma empresa pública de direito privado sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei nº 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), a Instituição é considerada estatal dependente, vinculada ao Ministério da Educação que, por determinação legal, utiliza o sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), na modalidade total, para registro de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, cuja base é a Lei nº 4.320/94.

No quadro abaixo estão demonstrados os valores na posição em 31 de dezembro de 2020 em cada uma das leis mencionadas.



Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial

Ativo	6.404/76	4.320/64	Diferença
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	122.980	122.988	(8)
Créditos a Receber Curto Prazo	238.591	53.927	184.664
Estoques	32.125	32.125	-
(-) Ajuste de perdas de Créditos	(6.327)	(6.327)	-
Despesas Pagas Antecipadamente	291	291	-
	387.660	203.004	184.656
Não Circulante			
Créditos a Receber a Longo Prazo	431.077	-	431.077
Depósitos Judiciais	1.865	1.865	-
Imobilizado	969.532	969.488	44
	1.402.474	971.353	431.121
Total do Ativo	1.790.134	1.174.357	615.777
Passivo	6.404/76	4.320/64	Diferença
Circulante			
Fornecedores	26.473	24.284	2.189
Outras Obrigações	268.064	380.761	(112.697)
	294.537	405.045	(110.508)
Não Circulante			
Subvenções e Doações	7.915	260	7.655
Provisões p/ Contingências e TSP	431.077	431.077	-
	438.992	431.337	7.655
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	1.163.342	1.163.342	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	59.820	59.820	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(16.163)	(16.163)	-
Reservas de Lucro	133	4.200	(4.067)
Resultado de Exercícios Anteriores - Prejuízos	(126.529)	(818.982)	692.453
Prejuízos Acumulados	(23.999)	(54.243)	30.244
Ajuste de Exercícios Anteriores	1	1	-
	1.056.605	337.975	718.630
Total do Passivo	1.790.134	1.174.357	615.777

Ativo Circulante e Não Circulante: o valor de (R\$ 8) refere-se a registros contábeis de pagamentos recebidos de depósitos e cauções transferidos indevidamente para a conta única em 2020, todos foram registrados em janeiro de 2021. Os valores de R\$ 184.664 e R\$ 431.077 correspondem aos recursos a receber relativos às apropriações por competência e às provisões para contingências com pessoal custeadas com Recursos do Tesouro Nacional. O valor de R\$ 44 refere-se importação de bens que será ajustada em janeiro de 2021.

Passivo Circulante e Não Circulante: o valor de R\$ 2.189 na conta Fornecedores refere-se a: R\$ 2.040 nota fiscal da empresa Unimed (plano de saúde), correspondente à retenção dos funcionários na folha de pagamento de dezembro de 2020, a qual será ressarcida em janeiro de 2021 e R\$ 169 apropriações por competência. O valor de (R\$ 112.697) refere-se a: R\$ 677 provisões trabalhistas; (R\$ 112.687) estorno do passivo referente recurso recebido por descentralização e (R\$ 686) estorno do passivo apropriado pelo TRF4 referente precatórios de pessoal e terceiros. O valor de R\$ 7.655 refere-se a Recursos do Tesouro Nacional recebidos para pagamento de adiantamento de pessoal de competência do exercício de 2021.

Patrimônio Líquido: do valor de R\$ 718.630, R\$ 615.777 refere-se aos ajustes no Ativo Circulante e Não Circulante e R\$ 102.853 refere-se aos ajustes no Passivo Circulante e Não Circulante.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Exercício	6.404/76	4.320/64	Diferença
Receita Operacional Bruta	1.598.584	1.580.923	17.661
Ajustes da Receita Bruta	11.471	19.126	(7.655)
Deduções da Receita Bruta	(2.063)	(2.063)	-
Repastes Transferidos para AFAC	(79.558)	(79.558)	-
Receita Operacional Líquida	1.528.434	1.518.428	10.006
Custo dos Serviços	(1.335.862)	(1.334.415)	(1.447)
Resultado Operacional Bruto	192.572	184.013	8.559
Despesas Operacionais	(229.894)	(229.697)	(197)
Outras Receitas e Despesas	11.641	(10.209)	21.850
Lucro Antes do Resultado Financeiro	(25.681)	(55.893)	30.212
Resultado Financeiro	1.682	1.652	30
Prejuízo do Exercício	(23.999)	(54.241)	30.242

O valor de R\$ 17.661 do grupo Receita Bruta Operacional refere-se à contrapartida do registro de recursos a receber para cobertura de despesas com pessoal apropriadas por competência e a provisão para contingências, pagas com recursos do Tesouro Nacional e o valor de (R\$ 7.655) de ajustes da Receita Bruta refere-se a Recursos do Tesouro Nacional recebidos para pagamento de adiantamento de pessoal de competência do exercício de 2021.

O valor de R\$ 1.447 no grupo Custos dos Serviços e R\$ 197 no grupo Despesas Operacionais, refere-se à baixa de R\$ 936 referente provisões trabalhistas e apropriações de despesas por competência registradas na contabilidade societária em 2020 e, no SIAFI, em janeiro de 2021; R\$ 708 refere-se a estorno do passivo apropriado pelo TRF4 referente precatórios de pessoal e terceiros.

Quanto ao valor de R\$ 21.850 no grupo de outras receitas e outras despesas, o montante de (R\$ 4.402) refere-se à baixa das parcelas pagas em 2020 de financiamento do tempo de Serviço Passado (TSP) o qual foi integralmente provisionado em 2015; R\$ 25.376 referente a estorno do passivo de recursos recebidos por descentralização; (R\$ 1.283) estorno do ativo apropriado pelo TRF4 referente a precatórios de pessoal e terceiros; (R\$ 32) referente transferência para Receita Operacional Bruta de valores recebidos em 2019, mas somente reclassificados contabilmente em janeiro de 2020; (R\$ 8) referente à transferência para Receita Operacional Bruta de valores recebidos por depósito e cauções, mas somente reclassificados contabilmente em janeiro de 2020; (R\$ 30) referente a ajustes de classificação de variação cambial de importação e R\$ 2.229 referente a reversão da depreciação bens móveis e imóveis.

26 Remunerações Pagas a Empregados e Administradores

De acordo com a Resolução nº 03, de 31 de dezembro de 2010 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2011, apresentamos o quadro abaixo. O valor da remuneração contempla os adicionais fixos.

Mensal	2020 – R\$			2019 – R\$		
	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados
Maior	32.501,87	39.293,32	24.417,56	32.501,87	39.293,32	24.417,56
Menor	32.501,87	1.842,51	1.613,13	32.501,87	1.796,86	1.559,81
Média	32.501,87	7.268,75	5.522,49	32.501,87	7.486,53	5.608,26



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

27 Impactos – COVID 19

Em função da pandemia do novo Coronavírus, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, em 13 de março de 2020 o HCPA recebeu, por meio da Medida Provisória nº 924 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) crédito extraordinário no montante de R\$ 57 milhões para custeio e investimento, com o objetivo de instalação de 105 leitos de terapia intensiva.

A Medida Provisória deixou de ter validade em 31 de julho de 2020, portanto o HCPA devolveu o montante de R\$ 6.344 devido à dificuldade de entrega de itens dentro do prazo previsto para utilização do recurso.

Adicionalmente, por meio da Portaria nº 8767 do Ministério da Economia, de 30 de março de 2020, foi autorizada, por até 2 (dois) anos, a contratação temporária de 775 profissionais para atendimento aos leitos criados para pacientes da Covid-19. A instalação dos 105 leitos críticos previstos para atendimento a casos graves de covid-19 foi concluída em 05 de agosto de 2020, com a implantação do novo Centro de Terapia Intensiva (CTI) no Bloco B, um dos prédios novos concluídos no final de 2019. Essa instalação ocorreu por módulos desde o início da pandemia. Em 31 de dezembro de 2020, a instituição contava com 704 profissionais temporários contratados para as vagas liberadas, além da convocação de voluntários para diversas atividades, todos destinados ao atendimento de 87 leitos críticos dedicados à covid-19.

Até 31 de dezembro de 2020, a Instituição havia atendido 4.598 pacientes suspeitos de Covid-19 na emergência, 2.342 pacientes passaram pela enfermaria e 1.358 pacientes foram internados na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), além de 11.801 atendimentos a funcionários, que resultaram em 4.418 coletas.

Na data-base dessas demonstrações, os principais impactos nas contas contábeis ocorreram nos saldos dos seguintes grupos:

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	
Convênios Privados	06 e 18	11.364	15.117	(a)
Estoques de Materiais de Consumo	08	30.929	18.152	(b)
Bens Móveis e Máquinas	09	111.768	77.867	(c)
		<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	
Receita Operacional - Sistema Único de Saúde	18	199.933	174.255	(a)
Doações de Estoque e Uso Permanente	21	4.185	2.654	(d)

- (a) A redução no saldo a receber de convênios privados deve-se ao faturamento ter registrado o pior desempenho dos últimos 05 anos, ficando em torno de 30% abaixo da meta prevista para 2020. Além da redução da chegada de pacientes aos serviços de saúde em geral, o HCPA precisou reduzir os atendimentos eletivos, especialmente os cirúrgicos, ocupando os leitos de convênios para pacientes SUS. Já o aumento da receita operacional com recursos do Sistema Único de Saúde refere-se aos créditos extraordinários para habilitação de leitos covid;
- (b) O saldo dos estoques teve aumento de 70% no último ano, principalmente nas categorias de medicamentos e material médico, hospitalar e laboratorial, como forma de proteção à eventual escassez de itens essenciais no mercado. Apesar da queda na produção das internações, cirurgias, consultas e exames, o consumo de materiais no exercício permaneceu relativamente estável quando comparado com o exercício anterior.
- (c) Os Bens Móveis e Máquinas tiveram aumento líquido da depreciação de R\$ 33.901, em virtude de bens adquiridos com recursos recebidos pela Medida Provisória nº 924;
- (d) Os valores recebidos em doações para o atendimento da pandemia somam, até 31 de dezembro de 2020, R\$ 4.185.

Na data de autorização destas demonstrações, devido ao aumento no número de atendimentos a casos de covid-19, o HCPA adotava novas medidas de contingência, com 65 leitos de enfermaria e 108 leitos de CTI exclusivos ativos, este último representando 103% da capacidade contratada. Seguem em atividade somente consultas ambulatoriais muito essenciais e transplantes urgentes, estando suspensas as internações clínicas, cirurgias e procedimentos eletivos (SUS e convênios).

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

28 Eventos Subsequentes

De 31 de dezembro de 2020 até 01 de março de 2021, data de autorização destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Prof.^a Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente

Prof. Milton Berger
Diretor Médico

Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663

Juliana Zwetsch
Contadora - CRC/RS nº 81.901



Russell Bedford

taking you further

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao encerramento do exercício de 2020.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Impactos - COVID 19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27, de que em função da pandemia do novo Coronavírus, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, em 13 de março de 2020 o HCPA recebeu, por meio da Medida Provisória nº 924 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) crédito extraordinário no montante de R\$ 57 milhões para custeio e investimento, com o objetivo de instalação de 105 leitos de terapia intensiva. A Medida Provisória deixou de ter validade em 31 de julho de 2020, portanto o HCPA devolveu o montante de R\$ 6.344 devido à dificuldade de entrega de itens dentro do prazo previsto para utilização do recurso. Adicionalmente, por meio da Portaria nº 8767 do Ministério da Economia, de 30 de março de 2020, foi autorizada, por até dois anos, a contratação temporária de 775 profissionais para atendimento aos leitos criados para pacientes da Covid-19. A instalação dos 105 leitos críticos previstos para atendimento a casos graves de covid-19 foi concluída em 05 de agosto de 2020, com a implantação do novo Centro de Terapia Intensiva (CTI) no Bloco B, um dos prédios novos concluídos no final de 2019. Essa instalação ocorreu por módulos desde o início da pandemia. Em 31 de dezembro de 2020, a instituição contava com 704 profissionais temporários contratados para as vagas liberadas, além da convocação de voluntários para diversas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração do HCPA decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do HCPA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do HCPA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do HCPA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o HCPA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do HCPA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o HCPA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
5091

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2021.03.01 15:25:09
-03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico